

ARTERIS S.A.

CNPJ nº 02.919.555/0001-67

NIRE nº 35.300.322.746

Companhia Aberta

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2019**

1. **Data, Hora e Local:** Ao primeiro dia do mês de abril de 2019, às 10:00 horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição.
2. **Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”), tendo em vista a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia. Presentes ainda, para os fins do disposto na Lei nº 6.404/76, em seu artigo 134, §1º, representando a administração da Companhia, o Sr. Andre Dorf, o membro do Conselho Fiscal Sr. Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti bem como o representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Sr. Paulo de Tarso Pereira Junior, inscrito no CRC/SP sob o nº 1SP253932/O-4.
3. **Publicações:** Dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o *caput* do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista que a publicação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 as quais se encontram acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Valor Econômico, na edição do dia 28 de fevereiro de 2019.
4. **Mesa:** Presidente: Sr. Andre Dorf
Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
5. **Ordem do Dia:**
 - 5.1. **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:**
 - (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes;

- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
- (iii) deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia; e
- (iv) deliberar sobre a alteração do jornal de publicação da Companhia.

5.2. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) fixar o valor da remuneração global a ser paga aos administradores da Companhia no exercício de 2019;
- (ii) deliberar sobre a alteração da redação dos artigos 2º, 3º, 8º, 10, 11, 14, 15 e 17 do Estatuto Social da Companhia, para (i) alterar o endereço da sede da Companhia; (ii) ajustar o objeto social; (iii) ajustar as competências da Assembleia Geral de Acionistas; (iv) ajustar a composição e competências do Conselho de Administração; e (iv) ajustar a composição, responsabilidades e competências da Diretoria e da Companhia e a consolidação da redação do Estatuto Social.

6. Deliberações: Por unanimidade, os acionistas deliberaram o que segue:

- 6.1. Autorizar a lavratura da Ata desta Assembleia Geral em forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, §§1º e 2º, da Lei nº 6.404/76.
- 6.2. Abstendo-se de votar os legalmente impedidos, aprovar as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhado do parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
- 6.3. Levando em conta a manifestação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e tendo em vista a não apuração de resultado positivo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, conforme consta das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas;

6.4. Reeleger os seguintes membros do Conselho de Administração:

- (i) **Sra. Marta Casas Caba**, de nacionalidade espanhola, casada, advogada, com número de documento de identificação fiscal Espanhol nº 39152597-L, inscrita no CPF sob o nº 235.981.678-06, com endereço comercial na Avenida de Pedralbes, 17, 08034 Barcelona, Espanha;
- (ii) **Sr. Francisco José Aljaro Navarro**, de nacionalidade espanhola, casado, economista, com número de documento de identificação fiscal Espanhol nº 30474764-V, inscrito no CPF sob o nº 236.290.528-43, com endereço comercial na Avenida de Pedralbes, 17, 08034 Barcelona, Espanha;
- (iii) **Sr. Martí Carbonell Mascaró**, espanhol, economista, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 46236820-N, e do passaporte nº PAE999660, inscrito no CPF sob o nº 712.856.461-69, com endereço comercial na Avenida de Pedralbes, 17, Barcelona, Espanha;
- (iv) **Sr. Jorge Fernandez Montoli**, espanhol, engenheiro, portador do passaporte espanhol nº PAF894784, inscrito no CPF/MF sob o nº 713.737.171-06, com endereço comercial na Avenida de Pedralbes, 17, 08034, Barcelona, Espanha;
- (v) **Sr. Marcos Pinto Almeida**, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.014.002 (SSP/MG) e inscrito no CPF/MF sob o nº 835.202.366-72, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi;
- (vi) **Sr. Henrique Carsalade Martins**, brasileiro, economista, casado, portador da cédula de identidade RG nº 10.275.943-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 075.362.237-81, residente e domiciliado no município e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Antônio Gallotti, s/n – Bloco 02/2º andar – Edifício Pacific Tower, Barra da Tijuca;
- (vii) **Sr. Fernando Martinez Caro**, de nacionalidade espanhola, casado, engenheiro civil, portador do passaporte Espanhol nº XDB249983, inscrito no CPF sob o nº 237.843.578-90, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi; e
- (viii) **Sr. Andre Dorf**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 14.379.624-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 170.751.778-93, residente e domiciliado no

município e estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição.

Os conselheiros ora reeleitos tomarão posse em Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias da presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, declarando nos termos de posse, que se encontram devidamente arquivados na sede da Companhia, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e as regras constantes da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumir os cargos para os quais foram eleitos, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os torne inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia. Os conselheiros declaram também, em documento próprio, estarem integralmente cientes da Política de Divulgação e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002.

Os conselheiros ora eleitos terão mandato de 2 (dois) anos, a partir da data da posse ou até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2020.

6.5. Eleger, nos termos do artigo 161, da Lei nº 6.404/76, os seguintes membros do Conselho Fiscal da Companhia:

Conselheiros Efetivos:

(i) Sra. **Débora Nogueira Messias de Miranda**, brasileira, solteira, engenheira, portadora da carteira de identidade RG nº 33.708.612-6, inscrita no CPF/MF sob o nº 384.931.968-78, residente e domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi;

(ii) Sr. **Marcello Del Raso Alvarado Davis**, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade RG nº 20.741.498-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 124.686.087-20, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi; e

(iii) Sr. **Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 25.842.382 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 220.391.938-80, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi.

Conselheiros Suplentes:

(i) Sr. **Luiz Gustavo Rodrigues Pereira**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG nº 09.433.215-2, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.662.427-25, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas, nº 14.261, “B”, 14º andar, como suplente do Sra. Débora Nogueira Messias de Miranda;

(ii) Sr. **Renato Guias Pereira**, brasileiro, solteiro, contador, portador da cédula de identidade RG nº 20.401.936-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 122.664.627-17, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi, como suplente do Sr. Marcello Del Raso Alvarado Davis; e

(iii) Sr. **Gustavo Moraes Atensia**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 47.813.918-4, inscrito no CPF sob o nº 409.467.608-29, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi, como suplente do Sr. Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti.

Os membros efetivos e seus respectivos suplentes ora eleitos terão mandato de 01 (um) ano, iniciado mediante a assinatura dos termos de posse constantes dos Livros de Registros de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal, e com vigência até a próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada para aprovar as contas da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019.

- 6.6. Aprovar a alteração do jornal de publicação da Companhia, devendo, a partir desta data, as publicações da Companhia serem feitas através do Jornal Diário, Comércio, Indústria & Serviços;
- 6.7. Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2019 em até R\$ 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil reais);
- 6.8. Aprovar a remuneração para cada membro do Conselho Fiscal, nos termos previstos no §3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76, que será correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração média de Diretor da Companhia;

6.9. Aprovar a alteração da redação dos artigos 2º, 3º, 8º, 10, 11, 14, 15 e 17, e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme **Anexo I**.

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Andre Dorf, Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Acionistas: Partícipes em Brasil S.A. (por Marcos Pinto Almeida), Partícipes em Brasil II S.L.U. (por Marcos Pinto Almeida), Brookfield Aylesbury S.A.R.L. (por Paulo Cesar Carvalho Garcia), e PDC Participações S.A. (por Juan Gabriel Lopez Moreno e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega).

São Paulo, 01 de abril de 2019.

“Confere com a original lavrada em livro próprio”

Andre Dorf
Presidente da Mesa

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Secretária da Mesa

ARTERIS S.A.

CNPJ nº 02.919.555/0001-67

NIRE nº 35.300.322.746

Companhia Aberta

ANEXO I

**ESTATUTO SOCIAL DA
ARTERIS S.A.**

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A **ARTERIS S.A.** é uma sociedade anônima, que se rege por este Estatuto Social e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e pode, por deliberação do Conselho de Administração, abrir, manter e fechar filiais, escritórios, depósitos ou agências de representações, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades:

- i) exploração direta, indireta e/ou por meio de consórcios e/ou por meio de participações em outras sociedades, de negócios relativos a obras, serviços públicos e/ou operação e manutenção de infraestrutura em geral através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando, a parcerias público-privada, autorizações, permissões e concessões;
- ii) realização de estudos, consultoria e assistência técnica relacionadas às atividades descritas no item (i);
- iii) locação e administração de bens, móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros; e
- iv) participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia será por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social subscrito é de R\$ 5.047.468.639,84 (cinco bilhões, quarenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos) dividido em 726.415.783 (setecentas e vinte e seis milhões, quatrocentas e quinze mil e setecentas e oitenta e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1º Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

§2º As ações da Companhia serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e indicada pelo Conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404/76.

§3º A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo correspondente órgão da administração, fará com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos artigos 106 e 107 da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou seu substituto, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% ao ano, *pro rata temporis* e multa correspondente a 10% do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

§4º Na hipótese de retirada de acionistas, o montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceito pela Lei nº 6.404/76, conforme alterações posteriores.

Artigo 6º - A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

SEÇÃO I – DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

§1º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada nos termos da Lei ou deste Estatuto Social.

§2º A Assembleia Geral será instalada e presidida por acionista escolhido pelos presentes, o qual indicará um secretário para auxiliá-lo.

Artigo 8º - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições conferidas por lei e regulamentos aplicáveis por este Estatuto Social:

- (i) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na Companhia;
- (ii) autorizar a prática de atos por qualquer diretor, empregado ou procurador da Companhia, em nome desta, e que sejam estranhos ao objeto social, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias em favor de terceiros ou de sociedade em que a Companhia houver efetuado investimento, direta ou indiretamente, sem controlá-la;
- (iii) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e
- (iv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO II - DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 9º - A administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

§1º A Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos Administradores. Se fixada globalmente, caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

§2º A posse dos administradores estará condicionada à assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, à prévia subscrição do Termo de Anuência ao Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, bem como a outros termos e declarações exigidos pela regulamentação aplicável à Companhia e aos seus administradores.

SUBSEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10 - O Conselho de Administração será composto por um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 9 (nove) membros efetivos, indicados pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§1º O Conselho de Administração reunir-se-á bimestralmente ou sempre que necessário, por convocação de seu Presidente, ou pela maioria de seus membros, através de correio eletrônico, ou outro meio de comunicação com comprovante de recebimento, com antecedência mínima de 48 horas, podendo tal convocação ser dispensada se presente a totalidade dos conselheiros.

§2º Em caso de vacância de um ou mais dos cargos de conselheiro, o Conselho de Administração elegerá um ou mais conselheiros substituto(s) que permanecerá(ão) no cargo até a primeira Assembleia Geral que se realizar após aquela data. Para os fins deste Estatuto Social, considerar-se-á ocorrida a vacância em caso de morte, incapacidade permanente, renúncia, destituição ou ausência injustificada em mais de 3 (três) reuniões consecutivas.

§3º Em caso de ausência ou impedimento temporários não relacionados a conflito de interesses, os membros do Conselho de Administração serão substituídos por outro conselheiro, munido de procuração com poderes específicos. O conselheiro que estiver substituindo o conselheiro ausente ou impedido, além de seu próprio voto, expressará o do conselheiro ausente.

§4º Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto por escrito por correio eletrônico. O Presidente do Conselho ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro.

§5º O conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo conselheiro caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

Artigo 11 - O Conselho de Administração poderá determinar a criação ou extinção de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas, destinados a auxiliar os respectivos membros do Conselho de Administração, bem como aprovar a delegação de poderes específicos para esses comitês e definir sua composição.

§ 1º Os comitês de assessoramento reportar-se-ão diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos do seu regimento interno e respectivos limites de decisão.

Artigo 12 - O Conselho de Administração terá um Presidente, eleito pela maioria de votos de seus membros na primeira reunião após a posse de tais membros ou sempre que ocorrer vacância naquele cargo.

Artigo 13 - O Conselho de Administração instalar-se-á e deliberará validamente pelo voto favorável da maioria de seus membros eleitos, cabendo ao Presidente, além do seu voto pessoal, o voto de qualidade no caso de empate, com exceção da hipótese prevista no §1º do art. 14 deste Estatuto Social.

Parágrafo Único – As decisões do Conselho de Administração constarão de ata que será assinada pelos presentes.

Artigo 14 - Além das atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e suas controladas, aprovando a adoção ou alteração material de qualquer Plano de Negócios, diretrizes, políticas e objetivos básicos, para as principais áreas de atuação da Companhia;
- (ii) aprovar os planos de trabalho, orçamentos anuais, planos de investimentos, novos programas de expansão da Companhia e suas controladas, ou qualquer alteração material desses documentos, bem como acompanhar a sua execução;
- (iii) aprovar a criação e extinção de controladas e a participação da Companhia no capital de outras sociedades, no País ou no exterior;
- (iv) deliberar sobre aquisição ou alienação a qualquer título de direitos, licenças, autorizações, permissões ou concessões governamentais de que seja titular qualquer sociedade do Grupo Arteris, ou de ativos da Companhia que correspondam a um conjunto destinado à exploração de um determinado negócio ou atividade pela Companhia ou suas controladas;
- (v) aprovar a aquisição, transferência, cessão ou alienação a qualquer título, pela Companhia ou qualquer de suas controladas, de qualquer bem ou negócio cujo valor exceda R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou se tal operação puder causar impacto no valor total, contábil ou de mercado na Companhia ou qualquer de suas controladas em valor superior a R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) no exercício social corrente;

- (vi) aprovar a oneração de parte substancial do ativo permanente da Companhia, em operação isolada ou em conjunto de operações em valor superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) no exercício social corrente;
- (vii) aprovar a prestação de fiança, aval ou outra garantia em relação às obrigações de qualquer sociedade em que a Companhia, ou qualquer de suas controladas, houver efetuado investimento, direta ou indiretamente, de forma a controlá-la, em operação isolada ou em conjunto de operações no ano exercício social corrente, em valor superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (viii) aprovar a celebração, cessão, rescisão e alteração de quaisquer contratos, compromissos, acordos, serviços e investimentos, bem como, qualquer aditivo ou alteração pela Companhia ou suas controladas, em valor superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou valor equivalente em qualquer outra moeda, no exercício social corrente;
- (ix) aprovar a celebração, rescisão e alteração de quaisquer contratos de hedge;
- (x) aprovar a emissão, pela Companhia ou qualquer de suas controladas, de ações ou quaisquer valores mobiliários e instrumentos de crédito para a captação de recursos, incluindo debêntures simples e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie ou garantia, bem como quaisquer empréstimos, financiamentos ou outros tipos de dívidas, no mercado local ou externo, sejam “bonds”, “commercial papers” ou outros de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre suas condições de emissão, amortização e resgate, conforme o caso, ou a concessão à uma pessoa do direito de exigir a emissão de novas ações, incluindo quaisquer procedimentos de atribuição, subscrição e cancelamento;
- (xi) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;
- (xii) aprovar qualquer transação, rescisão ou alteração entre a Companhia ou qualquer de suas controladas e (i) seus acionistas controladores, (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da Companhia, ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge, detenham participação societária;

- (xiii) aprovar a propositura de litígios judiciais ou quaisquer institutos de conciliação por arbitragem ou mediação, pela Companhia ou qualquer de suas controladas, cujo valor exceda R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) individualmente no exercício social corrente;
- (xiv) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições e competências;
- (xv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, bem como sobre quaisquer outros atos;
- (xvi) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, autorizar a distribuição de dividendos intermediários e, se distribuídos estes com base em resultados apurados em balanço intermediário, fixar a participação nos lucros a que farão jus os administradores;
- (xvii) escolher e destituir os auditores independentes, convocando-os para prestar esclarecimentos sempre que entender necessários;
- (xviii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou por exigência legal ou estatutária;
- (xix) submeter à deliberação da Assembleia Geral proposta de alteração deste Estatuto Social;
- (xii) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (xiii) autorizar o pedido de recuperação judicial ou a submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial da Companhia ou qualquer de suas controladas;
- (xiv) manifestar-se, previamente, sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; e
- (xv) deliberar sobre a aquisição pela Companhia ou qualquer de suas controladas, de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, bem como aprovar a listagem pela Companhia ou qualquer de suas controladas, de quaisquer ações, títulos ou valores mobiliários.

SUBSEÇÃO III - DIRETORIA

Artigo 15 - A Diretoria será composta de 7 (sete) Diretores, sendo (i) um Diretor Presidente; (ii) um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; (iii) um Diretor de Organização e Pessoas; (iv) um Diretor de Engenharia e Implantação; (v) um Diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade; (vi) um Diretor de Operações; e (vii) um Diretor Jurídico e de *Compliance*; todos com mandato de um ano, permitida a reeleição.

§1º O Presidente do Conselho não poderá exercer o cargo de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia simultaneamente, e vice-versa.

§2º Compete à Diretoria, além das atribuições que a Lei, o Estatuto Social e o Conselho de Administração lhe conferirem, o seguinte:

a) ao Diretor Presidente:

- (i) dirigir todos os negócios e a administração geral da Companhia e suas controladas;
- (ii) coordenar e orientar a atividade de todos os demais Diretores, nas suas respectivas áreas de competência;
- (iii) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação de cada Diretor; e
- (iv) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da própria Diretoria;

b) ao Diretor Financeiro e de Relações com investidores:

- (i) dirigir e liderar o desenvolvimento da estratégia corporativa financeira da Companhia e suas controladas, se responsabilizando pela condição financeira, pela estrutura de capital e estratégia econômica, modelagem e previsão econômico-financeira, com o objetivo de assegurar o suporte necessário para o cumprimento das metas de crescimento e lucratividade da Companhia;
- (ii) coordenar a elaboração e apresentação do relatório das informações financeiras da Companhia;
- (iii) prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e, se for o caso, mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, sejam nacionais ou internacionais; e
- (iv) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo todos os requisitos, legislação e regulamentação aplicáveis às companhias abertas, brasileiras ou estrangeiras, no que lhe for aplicável;

c) ao Diretor de Organização e Pessoas:

(i) coordenar a direção geral das atividades de recursos humanos e organização pessoal da Companhia e suas controladas, assegurando que a estrutura organizacional e o capital humano atendas às metas estabelecidas para os negócios da Companhia;

d) ao Diretor de Engenharia e Implantação:

(i) coordenar a gestão estratégica dos investimentos de capital da Companhia e suas controladas, desde a concepção dos projetos e estudos de viabilidade até ao gerenciamento da execução das grandes obras;

e) ao Diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade:

(i) coordenar o desenvolvimento da estratégia institucional perante entidades governamentais, associações setoriais e meios de comunicação, assim como a estratégia de sustentabilidade da Companhia e suas controladas;

f) ao Diretor de Operações:

(i) coordenar a execução e controle dos processos operacionais de cobrança e tráfego, segurança viária e do trabalho, manutenção e conserva dos ativos, assim como o relacionamento com as autoridades regulatórias, com o objetivo de assegurar a excelência operacional de todas as concessões rodoviárias da Companhia e suas controladas;

g) ao Diretor Jurídico e de *Compliance*:

(i) dirigir a coordenação geral dos assuntos jurídicos e de *compliance* da Companhia e suas controladas, com o objetivo de assegurar o máximo de proteção legal e cumprimento da regulamentação pela Companhia e suas controladas, dentro de um ambiente de negócios ético e transparente.

§3º Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e a respectiva remuneração.

§4º A Diretoria poderá, ainda, designar um dos seus membros para representar a Companhia em atos e operações no País ou no Exterior, ou constituir um procurador apenas para a prática de ato específico, devendo a ata que contiver a resolução de Diretoria ser arquivada na Junta Comercial, se necessário.

§5º A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e a convocação cabe a qualquer Diretor.

§6º A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria.

§7º As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio.

§8º As deliberações da Diretoria em reunião, validamente instalada, serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes.

Artigo 16 - A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para alienar e onerar bens do ativo permanente, ressalvado o disposto no item (vi) do Artigo 14 ou renunciar a direitos, exceto com relação aos assuntos cuja deliberação incumbe ao Conselho de Administração, bem como a transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

Artigo 17 - Além das atribuições previstas em lei, compete à Diretoria da Companhia:

- (i) elaborar e submeter ao Conselho de Administração, anualmente, o plano de trabalho, plano de investimento, novos programas de expansão da Companhia, e de sociedades investidas, se houver;
- (ii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração, anualmente, o orçamento anual da Companhia e suas revisões;
- (iii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (iv) apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balanço patrimonial detalhado e as demais demonstrações financeiras da Companhia exigidas na legislação aplicável;
- (v) aprovar a aquisição, transferência, cessão ou alienação a qualquer título, da Companhia e qualquer de suas controladas, de qualquer bem ou negócio cujo valor seja até R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou se tal operação puder causar impacto no valor total, contábil ou de mercado da Companhia ou de suas controladas, em valor até R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) no ano exercício;

- (vi) aprovar a oneração de parte substancial do ativo permanente da Companhia e qualquer de suas controladas, em operação isolada ou em conjunto de operações em até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) no ano exercício;
- (vii) aprovar a prestação de fiança, aval ou outra garantia em favor de sociedade em que a Companhia ou qualquer de suas controladas houver efetuado investimento, direta ou indiretamente, de forma a controlá-la, em valor até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e nos casos de seguro garantia contratados para (a) garantir as obrigações decorrentes dos Contratos de Concessão celebrados pelas sociedades controladas pela Companhia, incluindo, mas não se limitando (i) aos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração das rodovias; (ii) às obrigações relativas as funções operacionais e de conservação, incluindo o pagamento do valor mensal variável; (iii) às obrigações relativas ao pagamento do valor fixo; e (iv) às obrigações relativas as funções de ampliações, e (b) garantir ações judiciais.
- (viii) aprovar a celebração de quaisquer contratos, serviços, investimentos, bem como, qualquer aditivo ou alteração pela Companhia ou qualquer de suas controladas, em valor até R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), bem como de quaisquer contratos de consultoria, patrocínio, doação ou similares, ou com pessoas politicamente expostas, independentemente de seu valor;
- (ix) editar normas para delimitar os respectivos limites de alçada para as aprovações previstas nesse artigo, bem como os poderes que serão delegados aos procuradores da Companhia e de suas controladas;
- (x) manifestar-se, previamente, sobre qualquer assunto a ser submetido ao Conselho de Administração da Companhia;
- (xi) orientar o voto a ser dado pelo representante da Companhia nas Assembleias Gerais e reuniões do Conselho de Administração das suas controladas e de acordo com as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Companhia; e
- (xii) observar e executar as deliberações do Conselho de Administração, da Assembleia Geral e deste Estatuto Social.

Artigo 17 - Os atos que criarem responsabilidade para com a Companhia, ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, só serão válidos se tiverem:

- (i) a assinatura conjunta de dois membros da Diretoria;
- (ii) a assinatura conjunta de um membro da Diretoria e de um procurador da Companhia; ou
- (iii) a assinatura conjunta de dois procuradores nomeados conforme procuração em vigor.

§1º A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza.

§2º Os mandatos serão sempre assinados por dois Diretores e outorgados para fins específicos e por prazo determinado, não excedente de um ano, salvo se houver deliberação expressa do Conselho de Administração da Companhia sobre seu prazo, ou os que contemplem os poderes da cláusula *ad judicium*, que poderão ser outorgados por um Diretor e por prazo indeterminado.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL

Artigo 18 - A Companhia terá um Conselho Fiscal integrado por três membros efetivos e igual número de suplentes, de funcionamento não permanente, cuja instalação e atribuições obedecerão à Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 19 - O exercício social iniciar-se-á em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 20 - Ao fim de cada exercício social, e no último dia de cada trimestre civil, serão levantadas as demonstrações financeiras previstas nas disposições legais em vigor.

§1º O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucros ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais, semestrais ou trimestrais, que serão considerados antecipação do dividendo mínimo obrigatório a que se refere o Artigo 22.

§2º A Diretoria poderá, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais e declarar dividendos com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.

Artigo 21 - O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração.

§ 1º O lucro líquido apurado no exercício, após a destinação à reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral de acionistas ou à reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

§ 2º A participação dos administradores nos lucros da Companhia, quando atribuída, não excederá o valor total da remuneração anual dos administradores, nem 10% (dez por cento) do lucro ajustado do exercício.

Artigo 22 - A Companhia distribuirá, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Único: Os lucros remanescentes não destinados na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 21 acima deverão ser distribuídos como dividendos.

Artigo 23 - O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros forem pagos ou creditados, sempre como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

CAPÍTULO VI DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 24 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 25 - A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados contra tais acordos.